

A IDEIA DE CENTRO NO IDEÁRIO URBANÍSTICO PAULISTANO NA DÉCADA DE 50: A GEOGRAFIA URBANA E A SAGMACS

Andréa Tourinho

Faculdade de Letras, Artes, Comunicação e Ciências da Educação / Universidade São Judas Tadeu

drea.tourinho@ig.com.br

RESUMO

Este trabalho aborda a ideia de centro no ideário urbanístico paulistano na década de 1950, na visão de dois estudos importantes então realizados com distintos enfoques: o da Geografia Urbana, por meio do trabalho sobre o centro de São Paulo da geógrafa Nice Lecocq-Müller, e a perspectiva multidisciplinar da Sagmacs. A década de 1950 é um momento particularmente importante na consolidação de diversos saberes que vinham se constituindo sobre a cidade de São Paulo. Enquanto os engenheiros-arquitetos e os arquitetos estavam empenhados na discussão e construção do zoneamento e do plano diretor em São Paulo, outras disciplinas passavam a se debruçar sobre a temática urbana, sobretudo a Geografia Urbana que representou, então, o primeiro esforço de produção de um conhecimento sistematizado sobre a cidade. Junto aos estudos dos geógrafos, o trabalho da equipe interdisciplinar Sagmacs sobre a aglomeração paulistana, a partir da aplicação de conceitos da sociologia ao estudo urbanístico, introduz métodos de pesquisa até então inéditos no urbanismo paulistano, tal como a pesquisa de campo. Este trabalho apresenta as noções de centro em ambos enfoques - o centro como nó, na Geografia Urbana, e o centro como polo, nos estudos da Sagmacs -, suas implicações e matrizes conceituais, fazendo parte de uma pesquisa mais ampla sobre o conceito de centro e sua abordagem por distintas disciplinas. Busca entender como os diferentes enfoques contribuíram para as noções de centro, por nós herdadas no presente, e o tratamento dessa parte da cidade nos estudos urbanos, considerando a importância de se compreender as rupturas e continuidades do pensamento sobre o centro no discurso urbanístico.

PALAVRAS-CHAVE: Centro Urbano. Geografia Urbana. Sagmacs.

THE CITY CENTER IN SÃO PAULO'S URBAN PLANNING IDEAS IN THE 1950S: URBAN GEOGRAPHY AND SAGMACS

ABSTRACT

This paper discusses the concept of city center in São Paulo's urban planning idea in the 1950s under the vision of two important studies performed with different approaches: the Urban Geography, through the paper about the city center of São Paulo of the geographer Nice Lecocq-Müller, and the multidisciplinary perspective of Sagmacs. The 1950s is a particularly important moment in the consolidation of diverse knowledge that had been forming over the city of São Paulo. As engineers-architects and architects were engaged in discussing and constructing the zoning and master plan in São Paulo, other disciplines started to focus on urban themes, especially the Urban Geography that represented the first effort to produce a systematized knowledge about the city. Jointly with the geographers' study, the paper of Sagmacs' interdisciplinary team regarding São Paulo's agglomeration, from the application of concepts of the sociology to urban study, introduced research methods unprecedented in São Paulo's urban planning, such as field research. This paper presents the central notions in both approaches - the city center as a node in Urban Geography, and the city center as a pole in Sagmacs' studies - its implications and conceptual matrices and is part of a wider research on the concept of city center and its approaches in different disciplines. Seeks as well to understand how different approaches contributed to the central notions, which we inherited in the present, and the treatment of this part of the city in urban studies considering the importance of understanding the ruptures and continuities of thinking about the city center in the urban speech.

KEY-WORDS: Urban Center. Urban Geography. Sagmacs.

1 O CENTRO E OS DISTINTOS SABERES SOBRE A CIDADE

O centro urbano, como objeto de análise de uma parte diferenciada da cidade, adquire uma nova dimensão nos estudos sobre São Paulo a partir da década de 1950, acompanhando, em geral, os enunciados da abordagem internacional, sejam estas europeias ou norte-americanas. Tentativas de entender a problemática urbana de um ponto de vista particular, referido à própria circunstância histórica de cidade com acelerado processo de crescimento que vai transformando São Paulo em uma das maiores metrópoles do mundo.

Podemos identificar três momentos importantes nesta trajetória, aos quais correspondem distintas abordagens sobre o tema do centro e da centralidade nos estudos sobre São Paulo.

Em um primeiro momento, nos anos 50, marcado por uma etapa desenvolvimentista, que se inicia com a política nacionalista de Getúlio Vargas, sendo seguida pelo desenvolvimentismo associado de Juscelino Kubitschek (Szmrecsanyi, 2003), São Paulo desempenha um papel predominante no âmbito nacional como principal polo industrial do país.

O dinamismo da metrópole se traduz, naquele momento, na sua vigorosa expansão horizontal, que foi posteriormente caracterizada como padrão periférico de crescimento - que vinha se configurando a partir do final da década de 40 -, e a consolidação do Centro da cidade, que atingia então sua máxima expansão física, constituindo uma unidade formada pelos chamados Núcleo Antigo e Núcleo Novo, embora já se verificasse, neste momento, uma incipiente e inédita dispersão de certas funções que antes se encontravam com exclusividade no Centro (cf. Lecocq-Müller, 1958).

É um momento particularmente importante na consolidação de diversos saberes que vinham se constituindo sobre a cidade de São Paulo. Enquanto os engenheiros-arquitetos e os arquitetos estavam empenhados na discussão e construção do zoneamento e do plano diretor em São Paulo, outras disciplinas passavam a se debruçar sobre a temática urbana, sobretudo a geografia urbana que representou, então, o primeiro esforço de produção de um conhecimento sistematizado sobre a cidade. Junto aos estudos dos geógrafos, o trabalho da equipe interdisciplinar Sigmács sobre a aglomeração paulistana, a partir da aplicação de conceitos da sociologia ao estudo urbanístico, introduzem métodos de pesquisa até então inéditos no urbanismo paulistano, tal como a pesquisa de campo.

Dentro dos estudos dos geógrafos, o Centro era claramente visto como uma parte específica e diferenciada da cidade, que devia ser identificada a partir de vários elementos, sobretudo os funcionais, que a definiam (Lecocq-Müller, 1958).

2 O CENTRO NO ESTUDO DE GEOGRAFIA URBANA DE NICE LECOCQ-MÜLLER

2.1 O Centro de São Paulo: nodalidade e funcionalidade

Os estudos de geografia urbana sobre São Paulo, cujo interesse pela cidade remonta às décadas de 1930 e 1940 - nos trabalhos de Preston James, Pierre Monbeig, Caio Prado Jr. e Aroldo de Azevedo -, atinge um momento particularmente importante nos anos 1950, com a clássica e influente obra *A Cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*.

Essa obra, realizada por muitos autores sob a organização do geógrafo Aroldo de Azevedo, foi pensada para ser concluída em 1954, no âmbito das comemorações do IV Centenário da cidade. Contudo, isto não ocorreu devido às dimensões da tarefa a ser realizada, envolvendo a Associação dos Geógrafos Brasileiros (Seção Regional de São Paulo) e o Curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. O começo dos trabalhos pode ser fixado em 1948, quando se definiu o plano geral da obra, tendo tido início em 1953 a elaboração definitiva dos capítulos, com sua publicação em 1958.

A geógrafa Nice Lecocq-Müller realizou, nesse trabalho, o estudo do centro de São Paulo, considerado como área claramente definida e diferenciada da cidade, sendo, desta forma, um tipo de abordagem inédita até aquele momento, apresentado no capítulo intitulado "A área central da cidade" (Vol. III, Capítulo III:121-182).

Lecocq-Müller procedeu ao estudo da área central da cidade, procurando caracterizá-la e delimitá-la, sobretudo através da identificação e mapeamento dos seus aspectos funcionais, cujos dados foram levantados em 1952. Além disto, abordou a evolução urbana da área central, sua estrutura, funções e individualidade do Centro, bem como de suas zonas periférica e de transição. Interessante notar que a autora faz distinção entre área central e Centro, o que muitas vezes não ocorre nos estudos urbanos, dificultando o entendimento do conceito de centro.

A noção de nodalidade como característica do centro, tão a fim às concepções geográficas (SORRE, 1952) aparece em Lecocq-Müller na ideia do Centro de São Paulo como irradiador das principais vias de acesso (ou de saída) da cidade. Segundo a geógrafa, esta condição se dá desde o surgimento do núcleo quinhentista, o que irá marcar profundamente a sua evolução futura. A figura do centro irradiador tem como base o conceito de centro como nó, como ponto de interconexão de uma rede.

O denominado levantamento funcional teve a colaboração de vários geógrafos, como o próprio Azevedo e Aziz Ab'Sáber, e o trabalho de campo teve o auxílio de alunos do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da USP, tendo sido visitados todos os edifícios de 105 quarteirões do Centro. As funções encontradas foram mapeadas, nas seguintes

categorias: comercial, industrial, ofícios diversos, financeira, diversões, administrativa e cultural, transportes, hospedagem e alimentação, residencial e atividades de rua.¹

A principal questão desse estudo é o problema da delimitação da área central de São Paulo, ainda que, segundo a autora, seja uma área fácil de ser identificada a partir de sua fisionomia:

Sua paisagem inconfundível, a impressionante intensidade do tráfego de veículos e de pedestres, a presença das melhores lojas, o bloco compacto de arranha-céus - tudo concorre para defini-lo e para assegurar sua individualidade. Todavia, quando se procura estabelecer os seus limites e fixar sua área com certo rigor, as dificuldades logo aparecem. (Lecocq-Müller, 1958:121)

A autora coloca de lado os limites definidos pelo Perímetro de Irradiação e os da legislação municipal, por entender que, além de não serem iguais, são limites administrativos que não guardam relação com a realidade geográfica.

Lecocq-Müller reconhece dois critérios para definir a área central: o estudo da estrutura e o das funções. A geógrafa define e caracteriza dois tipos de estruturas distintas: a do Núcleo Antigo e a do Núcleo Novo. Contudo, afirma que o estudo estrutural da área central de São Paulo, tanto horizontal, quanto vertical, não serve como base para sua delimitação precisa. A estrutura horizontal, determinada basicamente pelo tipo de traçado (regular ou não, tipo e largura de vias) não serviria pelo fato do Centro não apresentar uma estrutura horizontal caracterizada por um traçado bem individualizado.

Sobre a estrutura vertical, que é dada pelo caráter compacto conferido pela verticalização, a geógrafa alega que a mesma permite caracterizar o Centro dentro do contexto da cidade, não servindo, contudo, de critério único de delimitação pelo fato de outras áreas da cidade já apresentarem uma certa verticalização.

Conclui, então, que o critério adequado para delimitar a área central é o funcional, enfatizando que “o que principalmente caracteriza a área central de São Paulo é a sua complexidade no ponto de vista funcional” (Lecocq-Müller, 1958:156), identificando duas categorias de funções: as centrais e as não centrais. Considerando a função residencial como não central, foram excluídas da área central, não sem dificuldade, todas as áreas em que tal função aparecesse com mais frequência:

[...] Em consequência, dentro do critério funcional, distinguimos três áreas diferentes: 1) o Centro propriamente dito, sobre cuja individualidade não existe a menor dúvida, com sua típica complexidade de funções e quase ausência da função residencial; 2) as áreas periféricas ao Centro, que lhe são imediatamente vizinhas, zonas mistas em que se verifica um certo equilíbrio entre as funções típicas do Centro e a função residencial; 3) finalmente, as zonas de transição, predominantemente residenciais, mas que já não podem mais ser consideradas bairros típicos, pois apresentam várias características do Centro e se encontram na iminência de ser por este conquistadas” (Lecocq-Müller, 1958:126).

O procedimento adotado para a delimitação da área central parte, então, de uma ideia estabelecida a priori do que deveria ser o centro, através da definição do que seriam as funções centrais e não centrais.

Como complementar ao critério funcional, a autora propõe o critério demográfico na delimitação destas áreas, considerando que, se o Centro não é uma área residencial, ele registra as mais baixas densidades demográficas da área urbana.

A zona de transição guarda relação, em realidade, com o modelo dos sociólogos. Com efeito, a geógrafa caracteriza esta zona exatamente como a define Burgess: “a zona de transição, bem ao contrário do que se verifica no Centro, apresenta uma elevada densidade demográfica e constitui uma área de concentração de determinados grupos étnicos, menos privilegiados sob o ponto de vista econômico” (Lecocq-Müller, 1958:178).

A geógrafa atribui a formação desta zona à expansão territorial do Centro, uma vez que a valorização dos imóveis vai expulsando determinadas atividades, que não podem enfrentar os altos preços dos aluguéis e que, desta forma, vão penetrando nos bairros residenciais vizinhos da área mais valorizada, o que cria uma zona de degradação material e moral. Como se vê, o processo de expansão, descrito por Lecocq-Müller, que se dá a partir do centro, é exatamente igual àquele definido por Burgess, em que se manifestam os fenômenos de expulsão e invasão.

2.2 Os estudos do Centro de São Paulo na Geografia Urbana

Seguindo a Pierre Monbeig (1953) e a Sorre (1952), Lecocq-Müller não foge à regra dos estudos geográficos urbanos e procede ao trabalho de análise de plantas antigas - dentro da limitação do que havia sobre São Paulo -, para compreender a formação e expansão da área central por ela estudada. O estudo comparativo de plantas das cidades foi um procedimento adotado e proposto pelos geógrafos, que reflete a estreita relação entre a história e a geografia no meio acadêmico francês e, particularmente, a influência que os historiadores do urbanismo, como Marcel Poète e Pierre Lavedan, exerceram sobre a geografia urbana.

Lecocq-Müller conclui que o Centro é, por sua evolução, suas funções, dinamismo e problemas, a parte mais original da cidade, constituindo-se também como o reflexo das características de toda a metrópole: “o Centro da cidade de São Paulo, em conclusão, aparece-nos como uma das unidades urbanas mais estreitamente ligadas à origem, ao desenvolvimento e às funções de toda a metrópole paulista, como se fora um reflexo das suas características” (Lecocq-Müller, 1958:169).

¹ O primeiro mapa funcional de São Paulo foi realizado pelo geógrafo norte-americano Preston James, em 1933, a partir dos dados colhidos em pesquisa de campo realizada em 1930, quando esteve no Brasil.

O estudo de Lecocq-Müller é claramente um trabalho de geografia urbana de orientação francesa, influenciado sobretudo por Maximilien Sorre, um dos grandes expoentes da geografia humana francesa, e por Pierre Monbeig, que desempenhou um papel ímpar na divulgação das idéias e obras dos geógrafos franceses no meio acadêmico e profissional paulista.

Os critérios estruturais e funcionais, discutidos por Lecocq-Müller, para a delimitação da área central de São Paulo, têm como base os procedimentos e critérios propostos por Sorre no seu estudo das grandes cidades no tomo III (*L'Habitat*) da sua importante obra *Les Fondements de la Géographie Humaine* (1952). É absolutamente compreensível a utilização do pensamento deste autor por Lecocq-Müller, pois, além de ser um dos expoentes da geografia humana, Sorre trata nesta obra, especificamente do tema referente à grande metrópole e concede um apartado próprio para a temática da área central (Sorre, 1952:314).

O trabalho de Lecocq-Müller é importante pois o estudo proposto assinala uma linha de pensamento e abordagem do tema que vai se configurar como matriz de uma determinada forma de entender o centro. Isto fica evidente no trabalho da geógrafa Helena Kohn Cordeiro (1978), que o atualizou, para a década de 70.

2.3 Os estudos sobre os Centros de São Paulo e de Salvador: permanências e diferenças conceituais

Praticamente no mesmo momento surgia outro trabalho sobre o centro de uma cidade brasileira: *O Centro da Cidade do Salvador. Estudo de Geografia Urbana* (1959), do geógrafo Milton Santos.

Embora seja um trabalho de geografia urbana, que segue as mesmas orientações do estudo de Lecocq-Müller - importância do sítio, evolução da área, levantamento funcional, ênfase na individualidade, análise da fisionomia do centro e seus problemas -, Santos, contudo, destaca aspectos do centro que resultam de uma análise que começa a introduzir - embora timidamente - a importância do conteúdo sócio-econômico para a definição da estrutura urbana, própria de outra linha da geografia urbana francesa, representada por Jean Tricart.

Diferentemente do trabalho sobre o centro de São Paulo, Santos não tem como objetivo a delimitação desta área, mas sim, a partir da área já conhecida como Centro², o autor pretende estudar a sua organização funcional, sua paisagem e vida urbana.

Um elemento de definição importante do centro de uma grande cidade na análise de Santos é o fato deste constituir uma verdadeira síntese - "o teatro da luta de tendências" - entre forças ativas ou de transformação e forças de inércia ou de resistência. As primeiras são representadas pelas funções regionais e urbanas que refletem o dinamismo atual (formas presentes de vida) e, as segundas, pela evolução histórica da região e da cidade e pelas condições do sítio onde inicialmente se instalou o organismo urbano, que podem oferecer maior ou menor resistência à renovação (formas passadas de vida)³. Esta síntese manifesta-se pela criação de uma paisagem original, que é o centro urbano.

3 O CENTRO NOS ESTUDOS DA SAGMACS PARA SÃO PAULO

3.1 O Centro de São Paulo nos anos 1950: monopolarização e saturação

A década de 50 constituiu um momento particularmente importante com relação aos estudos urbanos sobre São Paulo, cujas novas abordagens deveram-se, então, à contribuição de diferentes disciplinas, ao surgimento de novos temas, assim como de procedimentos analíticos e metodológicos, que irão influenciar profundamente os estudos posteriores.

É neste contexto que se insere o extenso trabalho sobre São Paulo realizado pela equipe multidisciplinar Sagmacs - Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais -, entre os anos de 1956 e 1958. A Sagmacs foi criada como uma Sociedade de Pesquisas de Economia e Humanismo - vinculada ao grupo francês *Économie et Humanisme* -, fundada em 1947 pelo dominicano francês Padre Louis-Joseph Lebreton (1897-1966), quando esteve pela primeira vez em São Paulo. Contudo, a atuação da Sagmacs só ganhará impulso após a segunda visita de Lebreton em 1953.

O estudo empreendido pela Sagmacs sobre São Paulo apresenta um discurso claro e contundente acerca do seu centro no final da década de 50, criticando a estrutura monopolar da aglomeração paulistana e propondo como alternativa um modelo de cidade descentralizada, organizada hierarquicamente, a partir de unidades autônomas: um modelo teoricamente acabado sobreposto a uma cidade existente, conhecida a partir de um amplo instrumental de pesquisa (plantas, fotos aéreas, entrevistas, pesquisa de campo, métodos estatísticos, etc.). Inaugurava-se a metodologia da pesquisa na forma de diagnóstico como base do planejamento. Além disso, a partir desse estudo, todos os planos passarão a englobar a questão social como questão de planejamento.

O movimento *Économie et Humanisme*, fundado na França em 1941 pelo Pe. Lebreton, dentro de uma tradição católica reformista, tinha se difundido rapidamente naquele país e no resto da Europa. A sua inspiração era a busca do

² Quanto à delimitação do Centro de Salvador, afirma Santos (1959:16): "é esse conjunto que os baianos chamam 'A Cidade', quando se referem à parte alta e 'O Comércio', quando falam da parte baixa do centro de Salvador. É aí que a vida urbana e regional encontra o seu cérebro eo seu coração".

³ No caso do centro de Salvador, de acordo com Santos, a tensão se dá entre o poder criador e renovador das atividades resultantes da vida econômica regional localizadas na Cidade Baixa (o chamado "Comércio") e a relativa fraqueza das demais atividades abrigadas na Cidade Alta (a chamada "Cidade").

desenvolvimento de todos os homens e da humanidade, ou seja, do homem individual e do homem enquanto coletividade, o que seria alcançado através da economia humana.

Também é um período de reconstrução material e social da Europa, em que o grupo *Économie et Humanisme* volta-se para o planejamento e prepara os seus métodos de pesquisa para serem aplicados nos trabalhos de *'aménagement du territoire'* (*ordenação racional do espaço*) termo que aparece na França no final da Segunda Guerra e é adotado pelo Ministério de Reconstrução e do Urbanismo daquele país.

Era um momento de redemocratização no Brasil, após a derrota de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo, além de uma nova Constituição (1946), que restabelecia a autonomia e o pluralismo partidário. Era um período de difusão da idéia de planejamento com forma de coordenação da economia brasileira.

Em 1953, o Pe. Lebrete volta ao Brasil para dar assessoria ao governador Lucas Nogueira Garcez (gestão 1951-54), um 'engenheiro social', adepto do Economia e Humanismo (cf. Lamparelli, 1995:37). A Sagmacs realiza a pesquisa "Possibilidades e Necessidades do Estado de São Paulo", contratada pela Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai.

Em 1956, o prefeito de São Paulo, Wladimir de Toledo Piza (gestão 1956-57), também adepto do movimento Economia e Humanismo, contrata a Sagmacs para a realização do estudo *Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana*.

É revelador o artigo de Toledo Piza, intitulado "Porque contratei o Padre Lebrete" (Folha de São Paulo: suplemento especial, set/out 1967, p. 362-363), em que discorre sobre diversos problemas da cidade de São Paulo, na segunda metade da década de 50, sobretudo os relacionados às carências dos serviços públicos e à falta de capacidade da administração pública para afrontá-los. Toledo Piza reconhecia, assim, a necessidade e a urgência de se conhecer a realidade sobre a qual se atuava, o que exigia a implantação de um planejamento racional.

O estudo sobre São Paulo, realizado entre 1956 e 1958, era composto pelas seguintes partes: "Perspectivas históricas, demográficas e econômicas da aglomeração paulistana"; "Estrutura urbana de São Paulo"; "Análise urbanística"; "Conclusões e sugestões" e "Problemas do governo e da administração do município da capital". O estudo referente aos "Aspectos sociológicos da aglomeração paulistana" não foi concluído.

A equipe da Sagmacs, dirigida pelo Pe. Lebrete, era interdisciplinar, composta por engenheiros, arquitetos, sociólogos, economistas e advogados, além de estudantes de várias áreas. Os trabalhos também foram acompanhados por técnicos da Comissão de Pesquisa Urbana da Prefeitura de São Paulo.

É relevante observar a influência metodológica e de coordenação do urbanista Antônio Bezerra Baltar na condução da pesquisa e da análise de índices urbanísticos desse Plano.⁴

A Sagmacs funcionou como escritório técnico até 1964 e, embora as idéias contidas no estudo sobre São Paulo (1958) não tenham sido discutidas, nem colocadas em prática, uma vez que o prefeito Ademar de Barros, sucessor de Toledo Piza, engavetou o estudo, o mesmo teve uma grande influência sobre toda uma geração de profissionais, tendo modificado a forma de conceber o planejamento urbano.

No período de 1959 a 1963 vários integrantes da equipe técnica da Sagmacs participaram do desenvolvimento do PAGE (Plano de Ação do Governo do Estado), da gestão de Carvalho Pinto no governo do estado de São Paulo⁵

De acordo com Lamparelli, os objetivos, bases teóricas e métodos da Economia e Humanismo foram incorporados por instituições, equipes e jovens profissionais. Contudo, após 1964, com a criação do BNH e do Serfhu (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), o panorama muda radicalmente:

[...] retomam-se as fórmulas nitidamente tecnocráticas; os modelos de pesquisa e planos são construídos a partir de uma subdivisão setorial e sempre nomeados de integrados; padronizam-se os PDDIs, os PLDIs, os PMDIs e o PUB, da ASPLAN-MONTREAL, se apresenta como uma proposta completa e ousada, com influência do modelo norte-americano, ainda que tenha contado com a participação de antigos técnicos da SAGMACS. (LAMPARELLI, 1995:22)

3.2 A crítica ao modelo monopolar e a emergência da periferia como objeto de estudo

O trabalho *Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana* da Sagmacs consiste em um estudo analítico e propositivo da estrutura urbana da denominada aglomeração, cuja delimitação englobava os municípios de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Guarulhos, introduzindo uma nova perspectiva nos estudos urbanos, em que se parte da região para se chegar à cidade.

O estudo define o processo de formação de São Paulo como anárquico, um "fenômeno doentio de tipo canceroso", devido à desatenção e insensibilidade com os problemas fundamentais do seu crescimento, como a não aplicação da utilidade social da propriedade, "elemento capaz de assegurar e garantir o bem estar coletivo" (Sagmacs, 1958:Vol. I, Introdução-4).

Contudo, afirma o estudo, esta realidade ainda poderia ter salvação e vir a ser uma aglomeração orgânica e funcional, através da realização de um trabalho de ordenação racional do espaço, voltado para o fomento do desenvolvimento humano.

⁴ Para aprofundamento quanto às influências do urbanista pernambucano Antônio Bezerra Baltar, consulta Pontual, 2011 e Angelo, 2010.

⁵ Para maiores informações acerca desse Plano consultar Angelo (2010).

A análise da estrutura urbana fundamenta-se sobre a hipótese de que a vida coletiva da população realiza-se em três escalas:

- unidade elementar, onde as necessidades cotidianas da população podem ser satisfeitas, possuindo equipamentos correspondentes;
- unidade complexa, composta por várias unidades elementares, sendo uma delas uma unidade polar que possui várias lojas de compra irregular (artigos domésticos e vestuário simples), cinema, médico, entre outros, que satisfazem um segundo grau de necessidades da vida coletiva;
- unidade completa, reunindo um conjunto de unidades complexas e elementares, sendo uma delas uma unidade polar com grande diversidade de lojas de compra excepcional, e equipamentos escolares, de saúde e administrativos, que permitem que esta unidade funcione de forma quase autônoma (Vol. I, Parte II-8).

Além destas escalas, definiram-se três regiões da cidade, em função da influência do centro principal e dos subcentros: Central, consistente no núcleo onde há concentração máxima de atividades comerciais e de serviço (centro da cidade); de Transição, em torno da região central, com certa autonomia, mas cuja população precisa dirigir-se ao centro principal para a maior parte das necessidades de tipo irregular e ocasional; e, Externa, que é a região periférica, onde a atração dos subcentros é maior do que a do centro principal (Vol. I, Parte II-8). No estudo de São Paulo, a região denominada Centro corresponde à zona de influência mais direta do centro principal.

A partir destas definições, determinaram-se as unidades encontradas na aglomeração paulistana e a região de que fazem parte, através de ampla pesquisa de campo, tratamento de dados estatísticos e análises de escritório. Foram definidas 364 unidades elementares, nucleadas em torno de equipamentos de comércio e serviços. Já as unidades completas foram delimitadas a partir da análise de atração, cujos resultados em plantas possibilitaram o estudo das zonas de influência dos centros importantes de serviços.

A estrutura da aglomeração paulistana foi contundentemente criticada e seus principais problemas foram resumidos em três itens: saturação física e econômica do centro da cidade; estrutura urbana monopolar; e, crítica às políticas de descongestionamento do centro, as quais, além de piorarem a situação, acabaram por acentuar seu caráter monopolar (Vol. II, Parte V).

A partir do diagnóstico realizado, a proposta para transformar a aglomeração paulistana num complexo urbano habitável, tendo como limite uma população de 10 a 12 milhões de habitantes, consistia na adoção de um modelo de organismo multipolar.

Este modelo exigia, assim, tanto a criação de novos centros, quanto a reordenação dos centros secundários existentes. O estudo sustenta que é preciso criar novos centros quando o centro antigo não dispõe de espaço suficiente para os equipamentos necessários para a população futura.

No caso dos centros secundários, anteriormente delimitados pelo estudo - 19 unidades⁶ -, foram propostas alterações na situação existente, no sentido de promover a sua reordenação para que possam atender às necessidades da população por eles polarizadas.

Apesar do estudo afirmar que são inúmeros os argumentos que comprovam a saturação física e econômica do centro da cidade, estes se limitaram, praticamente, ao problema do congestionamento (Vol. II-8).

Com efeito, a questão do congestionamento está presente em todo o discurso sobre o centro e é tão importante que o desdobramento do centro principal impõe-se como medida necessária:

"A transferência da cidade administrativa municipal para o Parque Ibirapuera, impõe-se como medida de descongestionamento do centro principal da cidade". (Vol. II-34/35)

Além da proposta de desdobramento do centro principal a partir de uma especialização de suas funções, o estudo propõe, ainda, a criação de um novo centro com funções regionais e supra-regionais:

São Paulo não é uma cidade que vive para si própria; é a capital do Estado e o centro de um complexo econômico que se estende muito além do próprio território Estado. (...) A solução objetiva consiste pois, em encontrar no território do município o espaço necessário para um novo centro com função de capital política, administrativa e econômica (...) (Sagmacs, 1958:Vol. II-35).

A concepção da Sagmacs caminhava, portanto, na direção contrária dos planos de embelezamento, como o proposto por Prestes Maia no seu Plano de Avenidas. O atendimento à população deveria ser feito por centros secundários, para que, em geral, não se necessitasse ir ao centro principal e a multipolarização deveria ser estimulada na direção dos setores que apresentassem maiores potencialidades e tendências para o desenvolvimento de atividades centrais.

Outro aspecto inédito do estudo da Sagmacs é o fato de que a periferia aparece, pela primeira vez, como objeto de estudo e análise urbana. Esta parte da cidade é analisada sob vários aspectos: as anomalias do seu tecido urbano, sua falta de equipamentos urbanos, a deficiência de seus centros, etc. Ainda não implicava uma interpretação sociológica do termo

⁶ Os centros secundários, decorrentes das análises realizadas são os seguintes: Brás, Móoca, Penha, São Miguel - ao longo e ao sul do Rio Tietê -; Ipiranga, Vila Prudente, São Caetano do Sul, Santo André e São Bernardo do Campo - na direção de Santos -; Saúde, Ibirapuera (Indianópolis), Santo Amaro - na direção sul -; Pinheiros, Osasco, Lapa - na direção oeste -; e, Santana, Tucuruvi, Vila Maria, Guarulhos - ao norte do Rio Tietê (cf. Sagmacs, 1958: Vol. II, Parte V-11).

periferia, como será desenvolvido a partir da década de 70, mas fica evidente que já não é possível considerá-la apenas do ponto de vista geográfico e tampouco ignorá-la, tendo em vista os problemas sociais que comporta.

3.3 A definição do centro como polo: a influência da economia francesa

O modelo de estruturação urbana proposto pela Sigmund, definido como multipolar, fundamenta-se na noção de polo e na existência de hierarquia entre polos. Cada uma das unidades, definidas pelo estudo, possui um centro, onde se localizam as atividades e estabelecimentos que devem satisfazer as necessidades da população por ele polarizada, de acordo com o nível da unidade - elementar, terciária, secundária, municipal ou supra-municipal -, pois cada nível envolve distintas necessidades a serem satisfeitas.

A proposta de estrutura urbana estabelece distintos tipos de centros: o centro principal, centros mistos secundários já existentes, novos centros secundários a serem criados, centros terciários e centros de unidades elementares, em ordem decrescente de importância (Vol. II, Parte V-45/48).

A idéia do centro como lugar de concentração comercial e de serviços, que serve a uma região vizinha, estabelecendo uma área de influência e uma hierarquia de centros, já fazia parte do pensamento urbanístico desde a década de 30, quando o geógrafo alemão Walter Christaller (1893-1969) elaborou a sua teoria dos lugares centrais (1933). Para o geógrafo, a área de influência de cada centro dependia dos seguintes fatores: da importância do centro na hierarquia urbana, o que corresponde a uma maior quantidade e variedade de bens e serviços ofertados; do poder de compra da população, que varia de acordo com a quantidade de consumidores, densidade e renda; e, dependia também das distâncias máximas que os consumidores estavam dispostos a percorrer para adquirir um bem ou um serviço.

Estas idéias passaram a ser desenvolvidas também no âmbito intra-urbano. O geógrafo norte-americano Malcolm Proudfoot (1907-1955) classificou, em 1937, os principais tipos de estrutura de comércio varejista no âmbito intra-urbano, de acordo com os tipos de estabelecimentos e as distâncias percorridas pelo consumidor.

Por outro lado, as idéias acerca da estrutura urbana, no estudo da Sigmund sobre São Paulo, manifestam-se através de noções como as de polarização e atração. Apesar do centro urbano ser efetivamente concebido como lugar central, no sentido acima referido, enfatiza-se, no decorrer de todo o estudo, a sua função polarizadora, além de se utilizar a noção de "área polarizada por um centro" e não a de "área de influência", correntemente utilizada a partir da difusão do trabalho de Christaller e dos geógrafos que realizaram estudos sobre o tema, na primeira metade do século XX.

Esta concepção de centro como polo parece ter tido a influência do pensamento do economista francês François Perroux (1903-1987), responsável pela teoria dos polos de crescimento (*pôle de croissance*) e de desenvolvimento (*pôle de développement*), também chamadas de teoria da polarização, em voga no planejamento territorial do pós-guerra.⁷

Ambas as teorias, que pressupõem a interligação entre áreas espacialmente definidas, constituindo, assim, a chamada rede urbana - embora a teoria de Christaller tenha se concentrado nas atividades terciárias e a de Perroux tenha enfatizado o setor industrial -, serviram de referência na constituição de políticas públicas e privadas, sobretudo a partir dos anos 60, com o fim de guiarem a localização de atividades e equipamentos, assim como de investimentos no território.

A visão de um mundo econômico equilibrado e estático foi vigorosamente alterada, no período do pós-guerra, pelo economistas que argumentavam que as relações econômicas internacionais eram determinadas por mecanismos de dominação, submissão e dependência. Perroux apresentou uma visão do mundo econômico em termos de dominação, por considerar que este mundo estava dividido entre elementos dominantes - empresas, países ou regiões - e dominados, tendo o primeiro um impacto extremamente desigual sobre o segundo.

Uma das idéias fundamentais do pensamento de Perroux é a de que o crescimento não aparece em todos os lugares ao mesmo tempo, mas se manifesta na forma de pontos, por ele denominados de polos de crescimento. Estes apresentam intensidade variável, difundem-se através de diferentes canais, causando efeitos sobre a totalidade da economia (Perroux, 1955:10).

Darwent afirmou que, sendo o conceito de centro de crescimento mais amplo do que aquele de polo, foi neste sentido desenvolvido por autores franceses, como o Pe. Lebreton no seu trabalho "*Agglomérations et Pôles de Développement*" (1961):

Lebreton procurou relacionar as aglomerações com 'polos de crescimento'. Ele entendia que as aglomerações eram compostas de uma ou mais 'unidades motrizes' - agrupamentos de capital ou recursos -, as quais, por seu tamanho e crescimento, podem ser denominadas de polos de crescimento. (...) Lebreton considerava que esta política era viável para qualquer escala geográfica, mas principalmente ao nível das metrópoles. (Darwent, 1969:14)

Fica evidente não apenas que o Pe. Lebreton conhecia a teoria da polarização, como também desenvolveu a sua própria interpretação ao estabelecer uma relação entre as aglomerações e os polos de desenvolvimento, em que o crescimento pode ser medido em termos de funções e serviços fornecidos por um centro.

⁷ Os princípios da teoria de Perroux começaram a ser difundidos no início dos anos 50, através da publicação dos seus estudos ("The Domination Effect and Modern Economic Theory", 1950 e "Note sur la notion de pôle de croissance", 1955).

Além disso, deve-se lembrar que Perroux participou ativamente do Movimento *Économie et Humanisme*, contribuindo, junto ao Pe. Lebreton, nas discussões acerca do desenvolvimento e da economia humana (cf. Lebreton, 1944).

Com o estudo da Sagmacs sobre São Paulo, introduz-se a noção de centro como polo, que aparecerá em vários trabalhos realizados posteriormente, como no Plano Urbanístico Básico de São Paulo (ver PUB, 1969:43).

O problema de tal concepção está no fato de que, ao se definir o centro como polo, atribui-se à localização centro as características de polo, que se referem apenas às atividades econômicas. Uma vez mais, estamos diante de uma concepção eminentemente econômica e funcionalista do centro.

3.4 A hierarquia dos centros: a necessidade como fundamento da teoria urbanística

O modelo de cidade concebido pela Sagmacs é o de uma estrutura descentralizada hierarquicamente, onde cada escalão deveria funcionar de forma autônoma: a unidade elementar corresponderia a “uma cidade de tamanho médio”; a unidade terciária, a uma “cidade já importante”; a unidade secundária ou completa, a “uma verdadeira grande cidade” (Sagmacs, 1958:Vol. II, Parte V-40/43).

A idéia de descentralização proposta pela Sagmacs é absolutamente distinta daquela do Plano de Avenidas (1930) de Prestes Maia, onde a descentralização era, em realidade, concebida em termos de desconcentração. Ou seja, no Plano de Avenidas, preconizava-se a necessidade da saída de determinadas atividades do centro da cidade, devido ao seu congestionamento, mas sua estrutura continuaria sendo essencialmente monocêntrica, desenvolvendo-se em torno do centro principal da cidade. O estudo da Sagmacs fala explicitamente em estrutura multipolar e criação de novos centros. Estas idéias serão firmemente retomadas na década de 70.

Já em 1929, Marcel Poète (1866-1950) falava da importância da noção econômica de necessidade para o estudo do organismo urbano (ver Poète, 1967:XXV e 4-5): “tal é a explicação econômica da cidade e de sua evolução. A cidade é modo de adaptação humana às necessidades, nascidas da conquista progressiva da natureza pelo homem” (Poète, 1967:4). Esta noção foi também adotada pelo urbanista Gaston Bardet (1907-1989), discípulo de Poète (ver Bardet, 1949, 1952). Estabeleceu-se inicialmente uma relação entre o grupo de *Économie et Humanisme* e Bardet, que logo se desfez:

Poète e Bardet se alinhavam na corrente organicista como seus correspondentes ingleses Patrick Geddes e Ebenezer Howard, mas se opunham às concepções do grupo de arquitetos do CIAM, especialmente as de Le Corbusier.

A influência de Le Corbusier e da Carta de Atenas é evidente no estudo da Sagmacs sobre São Paulo, que defende a divisão equitativa do espaço urbano entre as funções e os habitantes da cidade: “a unidade será analisada tendo-se em vista as suas perspectivas demográfica e funcional, isto é, a evolução prevista da sua população e das suas funções próprias: habitação, recreação e trabalho” (Sagmacs, 1958:Vol. II, Parte IV-99).

Por outro lado, entre 1940 e 1942, Lebreton encontrou, no sul da França, um grupo de estudiosos com as últimas novidades da sociologia e da economia. Entre eles, estava o etnólogo Chombart de Lauwe (1913-1998), que também desenvolveu uma teoria das necessidades que guiou suas pesquisas (ver Lauwe, 1965). Lamparelli acredita que as semelhanças entre as posições e métodos de Chombart de Lauwe e do Pe. Lebreton demonstram que houve um intenso intercâmbio entre suas idéias no nascedouro dos dois trabalhos (cf. Lamparelli, 1995:33; e Angelo, 2010:54 e ss.).

4 A IDEIA DE CENTRO EM SÃO PAULO: NODALIDADE E POLARIDADE

Os estudos elaborados por Lecocq-Müller e pela Sagmacs na década de 1950 mostram dois enfoques distintos sobre o conceito de centro, ainda que dentro de uma visão funcionalista que predominava naquele momento.

A nodalidade (Lecocq-Müller) e a polaridade (Sagmacs), atributos fundamentais da forma centro, têm matrizes conceituais distintas: a primeira, da tradicional Geografia Urbana francesa; e, a segunda, do pensamento econômico de determinado setor do planejamento regional francês do pós-Segunda Guerra.

Na década de 1960, a ideia de centro no ideário urbanístico, tanto internacional, quanto nacional, sofreria duras críticas em relação à sua fundamentação funcionalista. Tanto os enfoques marxistas dos estudos urbanos, quanto as críticas ao urbanismo do Movimento Moderno trouxeram novas questões conceituais para a temática do centro. Contudo, verifica-se, ainda hoje, permanências conceituais no tratamento do centro nos estudos e nas propostas de planejamento urbano, como, por exemplo, a questão funcional como premissa básica de caracterização do centro.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Michelly Ramos de. **Les développeurs**: Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil. São Carlos, 2010. Tese de Doutorado, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

AZEVEDO, Aroldo de (Dir.). **A Cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1958. (4 vols.).

BARDET, Gaston. **O Urbanismo**. Campinas: Papirus, 2001 (2ª edição). Série *Ofício de Arte e Forma*.

- CHOMBART DE LAUWE. **Des Hommes et des Villes**. Paris: Payot, 1965.
- CORDEIRO, Helena Kohn. **O Centro da Metrópole Paulistana**. Expansão Recente. São Paulo: Universidade de São Paulo / Instituto de Geografia, 1980.
- DARWENT, David F. "Growth Poles and Growth Centers in Regional Planning - a Review". **Environment and Planning**. Berkeley: Institute of Urban & Regional Development, University of California, 1969, Volume 1, p. 5-32.
- FELDMAN, Sarah. **Planejamento e Zoneamento**. São Paulo 1947-1972. São Paulo: Edusp, 2005.
- LAMPARELLI, Celso Monteiro. "O ideário do urbanismo em São Paulo em meados do século XX" e "Louis-Joseph Lebrete e a pesquisa urbano-regional no Brasil". **Cadernos de Pesquisa do LAP**. São Paulo: LAP FAUUSP, nº5, mar./abril 1995. Série Urbanização e Urbanismo.
- LEBRET, Pe. Louis-Joseph. "Representação da análise urbana em diagrama." In: DELORENZO NETO, A. (Org.). **O Homem e a Cidade**. Leituras de Sociologia Urbana. São Paulo: s.n., 1976, p. 214-227.
- LEBRET, Pe. Louis-Joseph; GATHERON, J.M. **Principes et perspectives d'une économie humaine**. Écully (Rhône): Économie et Humanisme, 1944.
- LECOCQ-MÜLLER, Nice. "A área central da cidade". In: AZEVEDO, Aroldo de (Dir.). **A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958. Vol. II, Cap. III, p. 121-182.
- LEME, Maria Cristina da Silva. **Planejamento em São Paulo: 1930-1969**. São Paulo: 1982. Dissertação de Mestrado, FAUUSP.
- LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel / FAUUSP / FUPAM, 1999.
- MONBEIG, Pierre. **La croissance de São Paulo**. Grenoble: Institut et Revue de Géographie Alpine, 1953.
- PERROUX, François. "Nota sobre el concepto de 'polo de crecimiento'". In: PERROUX, FRIEDMAN & TINBERGEN. **Los polos de desarrollo y la planificación nacional, urbana y regional**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1975, p. 9-26.
- PERROUX, François, FRIEDMAN, J. & TINBERGEN, J. **Los polos de desarrollo y la planificación nacional, urbana y regional**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1975.
- PIZA, Wladimir de Toledo. "Porque contratei o Padre Lebrete". In: **Folha de São Paulo**. Grande São Paulo: o desafio do ano 2000. Suplemento Especial, Caderno 9, set/out 1967, p. 362-363.
- PONTUAL, Virginia. O engenheiro Antônio Bezerra Baltar: prática urbanística, CEPUR e SAGMACS. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, V. 13, nº 1, maio 2011, p. 151-169.
- SAGMACS. **Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana**. São Paulo: PMSP, 1958. (2 volumes e Atlas)
- SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador**. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Universidade da Bahia, Livraria Progresso Editora, 1959.
- SORRE, Maximilien. **Les Fondements de la Géographie Humaine**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952. Tomo III L'Habitat, Conclusion générale.
- TOURINHO, Andréa de Oliveira. **Do Centro aos centros: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo**. São Paulo: 2004. Tese de Doutorado, FAUUSP.
- TRICART, Jean. **Cours de Géographie Humaine: L'Habitat Urbain**. Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1954. Fascicule II. Adquirido pela FAUUSP do Arquivo da SAGMACS em 1973.